

Literatura Teuto-brasileira, uma retrospectiva:

Muttersprache/Fremdsprache (20/11/07)

Msc. Valéria Contrucci de Oliveira Mailer

Esta primeira parte tem o objetivo de construir o arcabouço histórico para as abordagens que se seguem sobre a literatura teuto-brasileira, ou mais especificamente, sobre a poesia e a prosa nas áreas de colonização. Muito se produziu no Vale do Itajaí até 1939 quando foram proibidas as línguas de imigração no regime Vargas, entre elas o alemão. A literatura produzida em língua alemã foi durante muito tempo considerada como uma literatura menor, inferior. Hoje, no entanto, pesquisadores e estudiosos da área levam a literatura brasileira de expressão alemã ao patamar que lhe é de direito, ou seja, um dos meios de expressão das angústias, medos, esperanças, surpresas, confronto, o dualismo que marcou a vida do imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. Autores como Gertrud Gross-Hering, Rudolph Damm, Viktor Schleiff, Georg Knoll, Theodor Kleine, Fritz Müller, Anni Brunner entre outros, são representantes dessa literatura.

As línguas têm sido sempre fonte de arbítrio de decisões políticas ao longo da história. Desde muito tempo as ações políticas foram no sentido de eliminar ou manter uma determinada língua. No Brasil, as línguas foram o elemento de arbítrio do Estado Brasileiro contra as populações de imigrantes e refletem a Política Lingüística do governo não só quanto às línguas alóctones (de imigração), mas também quanto às línguas indígenas (autóctones). Ao desconsiderar as etnias, aqui compreendendo culturas e línguas já existentes e outras que vieram com o escravagismo e com as políticas imigratórias, o Estado acabou espoliando desses cidadãos direitos legítimos de cidadãos, isto é, expressar-se em sua língua materna. Estas ações acabaram por eliminar várias línguas faladas em território nacional e outras estão em processo de desaparecimento, naquilo que se convencionou chamar de Glotocídio (Calvet).

Neste estudo abordaremos somente a questão da língua alemã no Vale do Itajaí, foco de duas campanhas de nacionalização do governo brasileiro e as conseqüências desse processo na região.

A imigração alemã no Brasil sustentou-se pelo tripé: escolas, igreja evangélica e imprensa. A imprensa alemã no Brasil, principalmente no sul, teve papel fundamental na vida dos imigrantes e seus descendentes. Blumenau, como centro da imigração alemã na América Latina, publicou vários periódicos, jornais e almanaques que eram enviados para outras regiões e países onde haviam se estabelecidos colonos de origem teuto-brasileira. Influenciou por longo tempo a opinião pública da população de origem germânica nas Américas até desaparecer na década de 40 com a segunda campanha de nacionalização do Estado brasileiro contra as línguas de imigrantes.

No governo de Vidal Ramos (1910-1914), ocorre de maneira sistemática a primeira campanha de nacionalização do ensino, sob o comando do professor paulista Orestes Guimarães. O programa de Orestes Guimarães (1911) fundamentou-se basicamente na criação de grupos escolares, aumentando o número de escolas públicas isoladas com fins de assimilar o grupo de imigrantes. Contudo, enfrentou grande dificuldade de encontrar professores com competência lingüística para o português nas zonas de imigração. Nas escolas públicas que se iam abrindo, foram contratados professores que não dominavam a língua dos alunos, o que tornou o ensino muitas vezes contraproducente e levou a desconfiança dos pais em relação à escola pública por não conseguir ensinar português às crianças. Orestes Guimarães introduz, então, o ensino bilíngüe, respaldado pelos decretos de 1911 e 1926. Não obstante, a educação bilíngüe defendida por Orestes Guimarães visava tão somente à assimilação dos teuto-brasileiros, com total abandono à sua língua materna e o monolíngüismo em português. Segundo concepções nacionalistas da época, só era brasileiro quem falasse português.

Em novembro de 1917, com o estado de guerra, foram fechadas todas as escolas comunitárias particulares, que já eram 113. Como o número de escolas públicas era insuficiente – oito, além do Grupo Escolar Luís Delfino - , muitas crianças teuto-brasileiras ficaram sem escola.

A partir daí, começaram a surgir medidas legais para promover o ensino em português nas escolas comunitárias, que, para sua reabertura, tiveram que se adequar às exigências do governo do estado, muitas vezes impossíveis de cumprir, como por exemplo que o professor falasse corretamente o vernáculo.

Apesar dos obstáculos e das exigências impostas, as escolas comunitárias/particulares continuaram a representar a maior parcela da educação do município e, em virtude disso, o índice de analfabetismo era praticamente nulo nas zonas de colonização.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, as escolas particulares não voltariam a sua plena normalidade. Medidas legais regulamentavam a partir de então o ensino nas escolas catarinenses, sempre priorizando o ensino em português e enfatizando o civismo nacional.

A mais dura campanha de nacionalização do Estado Brasileiro ocorreu em 1939 sob a ditadura de Vargas. Temendo uma intervenção da Alemanha no sul do Brasil, com apoio dos teuto-brasileiros, todas as publicações em língua estrangeira foram proibidas, fecharam-se todas as escolas comunitárias que ensinavam em alemão, cerca de 173 com mais de 7000 alunos. Proibiu-se o uso de idioma “estrangeiro” na escola e em público; estabeleceu-se uma série de exigências legais para abertura de escolas. Proibiram-se nomes “estrangeiros” nas escolas, estabelecimentos comerciais e placas. Tropas do exército foram enviadas a Blumenau e a cidade sofreu retaliação política, como, por exemplo, a separação de seus distritos em municípios. A imprensa alemã passou a ser publicada em português e encerrou pouco tempo depois suas atividades devido aos obstáculos impostos pela repressão.

A igreja evangélica luterana, juntamente com a imprensa e as escolas comunitárias, teve papel relevante na vida dos imigrantes e seus descendentes, pois atuou na manutenção e valorização do idioma. Cerca de 98% dos imigrantes que vieram para Blumenau eram luteranos. A fé protestante acabou por constituir-se em mais um problema para a comunidade de imigrantes em um país primordialmente católico. Os não-católicos não eram considerados cidadãos, não podiam batizar seus filhos em outra religião e nem mesmo assumir cargo público. Proibiu-se de construir igrejas com aparências de templos religiosos e durante o Estado Novo foram proibidos os cultos em língua alemã. O que causou grande repercussão na comunidade de imigrantes, visto que a maioria não compreendia o português. Muitos pastores luteranos foram acusados de subversivos por realizarem a prédica em alemão e foram presos e enviados para os campos de concentração em Florianópolis juntamente com alguns professores das escolas comunitárias.

Muita represália sofreu o colono imigrante ou seu descendente pelo simples fato de ser de origem alemã ou falar o idioma alemão. É comum ouvir histórias em Blumenau de prisões arbitrárias ou atos de torturas contra os imigrantes. Mas, o mais significativo por essa ocasião foi o silenciamento de toda uma comunidade de cidadãos brasileiros com a proibição da língua. Contradições e conflitos advindos dessa violência simbólica parecem até hoje influenciar a identidade e a constituição da subjetividade dos teuto-brasileiros em Blumenau.

Apesar da proibição, as pessoas continuaram a falar alemão no lar, visto que, para muitos, era a única língua de que dispunham. A escola, que passara a ensinar somente em português, acabou por criar um problema para aquelas crianças que não falavam essa língua. Desconsiderando a realidade lingüística dos alunos e impondo o português a todo custo um grande número de crianças não se alfabetizavam na primeira série e eram reprovadas inúmeras vezes acabando por abandonar os estudos achando-se incompetentes para tal.

Muitos depoimentos ouvem-se ainda de pessoas que vivenciaram esse problema nas escolas públicas em Blumenau. Algumas escolas, na década de 60, puniam as crianças por falarem alemão no recreio com os colegas, ainda resquícios da segunda campanha de nacionalização.

A atuante imprensa alemã em Blumenau/Vale do Itajaí tinha o papel de unificar a colônia de imigrantes e ao mesmo tempo dava representatividade de escrita à língua falada pelos teuto-brasileiros no Brasil. É possível afirmar que foi por meio dela e das escolas comunitárias que a língua alemã em Blumenau não se constituiu em vários dialetos falados pelos imigrantes ainda em seu país de origem, mas continua a ser a língua padrão (*Hochdeutsch*) com empréstimos do português, algo natural do fenômeno de línguas em contato.

Com o fechamento da imprensa alemã e das escolas comunitárias a língua falada ficou à deriva, sem a proteção da língua escrita e de prestígio.

As campanhas de nacionalização alcançaram seus objetivos, ou seja, descaracterizar o imigrante por meio da língua. Muito preconceito há ainda contra o imigrante e seus descendentes,

mesmo a escola vem estigmatizando há décadas os cidadãos bilíngües, ou pelo sotaque, ou por desvalorizar a língua.

Depois da repressão, a língua alemã passou a ser uma língua da oralidade, expulsa da zona urbana, marginalizada e seus falantes estigmatizados. Na zona rural, onde era mais difícil reprimir, continuou sendo língua do lar de um bom número de famílias.

Após quase sete décadas, as práticas lingüísticas ainda resistem em nomes de ruas, escolas e casas comerciais na zona urbana; no ensino, ainda que como língua estrangeira, em algumas escolas municipais e estaduais e na oralidade em alguns bairros específicos de nossa cidade.